

ESPECIAL CANALENERGIA 2014 / 2015

Pontos de Vista 2014

Da Agência CanalEnergia, Retrospectiva
16/12/2014



Claudio Sales - presidente do Instituto Acende Brasil

O ano de 2014 será lembrado como de enormes dificuldades para o Setor Elétrico e não deixará boas memórias. O aumento do consumo de eletricidade foi pequeno, movido apenas pelos segmentos residencial e comercial, uma vez que a economia não cresceu e a indústria atravessa recessão. A despeito disso, tivemos que conviver com o acionamento pleno e continuado de todo o parque termelétrico, incluindo a operação "fora da ordem de mérito". A sensação que ficou é que "sobrevivemos ao ano", mas com sequelas graves, do ponto de vista do abastecimento futuro, financeiro e regulatório.

Do ponto de vista financeiro, o setor está diante de uma crise de dimensões assustadoras. Somando-se os três elos da cadeia de produção, geração, transmissão e distribuição, o passivo do setor em 2014 é superior a R\$ 60 bilhões – um número cuja ordem de grandeza é comparável ao de metas de superávit primário –, revelando o tamanho do drama. O governo, correndo atrás do improvisado e dos desacertos que marcaram tanto a concepção quanto a implementação da MP 579 e seus desdobramentos (inúmeros decretos e outras MPs), tem tentado, felizmente, diminuir o descasamento entre custos e receitas na forma de financiamentos. Mas o drama de curto prazo permanece, colocando pressão tanto em cima dos consumidores quanto contribuintes, uma vez que o Tesouro Nacional tem sido convocado a dar sua contribuição. Basta ver as dificuldades nas próximas semanas na liquidação de curto prazo.

Do lado físico, apesar de poucas boas novas – como a inserção regulada da geração solar fotovoltaica, dando o primeiro passo para o desenvolvimento desta fonte em bases competitivas –, tivemos inúmeros sinais preocupantes nos últimos leilões. Nos leilões de Transmissão (18 de novembro) e Geração (A-5), e a partir de RAPs e Preços-Tetos artificialmente baixos, observamos um inexplicável domínio estatal com condições de preço que levantam sérias dúvidas em relação ao processo de tomada de decisão que levou a ofertas que provavelmente destruirão valor para os acionistas. Além disso, a aparente ousadia de alguns novos players faz crescer a insegurança em relação à efetiva capacidade de entrega de grandes projetos nos prazos. Afinal, o Brasil não merece ter que conviver com um novo "Caso Bertin – o Retorno".

Na distribuição, o quarto ciclo vem se consolidando com alguns avanços, mas ainda com a necessidade de maior alinhamento entre realidade e modelos aos olhos do regulador. Como exemplo de alinhamento necessário, quando se impõe um WACC regulatório abaixo do custo real de captação de capital no mercado, está-se, na prática, condenando as distribuidoras e transmissoras a uma condição estruturalmente insustentável em termos de financiamento dos recursos para seus investimentos.

A visão para 2015 aponta para a abertura de um diálogo urgente para equacionar as grandes questões e para restaurar a confiança e credibilidade que foram e estão fortemente abaladas. Em primeiro lugar, é preciso "retirar o paciente da UTI", olhando com pragmatismo para o quadro desastroso atual e gerando condições para permitir que o realismo tarifário e soluções de financiamento suavizem os impactos para as empresas e para os consumidores. Cabe ao governo federal ser pró-ativo neste desafio e coordenar os esforços. Uma vez fora da UTI, é preciso abandonar o improvisado e a orientação político-eleitoral que tem contaminado o setor e passar a privilegiar a abordagem técnica, permitindo, por exemplo:

a) preços-tetos e RAPs realistas nos leilões, voltando a atrair a iniciativa privada e acabando com a pressão para que estatais assumam Taxas Patrióticas de Retorno por pressão de governos, seus controladores; b) uma abordagem regulatória no Quarto Ciclo de Revisão Tarifária que equilibre modicidade tarifária e condições para investimentos prudentes; c) critérios de escrutínio no comportamento das estatais, que tem gerado distorções competitivas e o afastamento dos princípios de Governança Corporativa; d) a revisita da atual carga tributária, com foco no PIS/Cofins (federal) e ICMS (estadual) para que, de forma planejada, consigamos diminuir a tarifa final para os consumidores sem abalar a cadeia produtiva; e) um exame cuidadoso da CDE, que tem assumido papéis e dimensões cujas fontes de recursos não estão claras; f) uma visão equilibrada na fronteira socioambiental, eliminando ações ideológicas e análises contaminadas por realidades internacionais que não se aplicam ao nosso país; g) a rápida definição dos critérios de renovação das inúmeras concessões de distribuição que vencem em 2015 para evitar um vácuo legal e regulatório que já está dificultando os investimentos.

O ano de 2014 será lembrado como de enormes dificuldades para o Setor Elétrico e não deixará boas memórias. O aumento do consumo de eletricidade foi pequeno, movido apenas pelos segmentos residencial e comercial, uma vez que a economia não cresceu e a indústria atravessa recessão. A despeito disso, tivemos que conviver com o acionamento pleno e continuado de todo o parque termelétrico, incluindo a operação "fora da ordem de mérito". A sensação que ficou é que "sobrevivemos ao ano", mas com sequelas graves, do ponto de vista do abastecimento futuro, financeiro e regulatório.

Do ponto de vista financeiro, o setor está diante de uma crise de dimensões assustadoras. Somando-se os três elos da cadeia de produção, geração, transmissão e distribuição, o passivo do setor em 2014 é superior a R\$ 60 bilhões - um número cuja ordem de grandeza é comparável ao de metas de superávit primário -, revelando o tamanho do drama. O governo, correndo atrás do improvisado e dos desacertos que marcaram tanto a concepção quanto a implementação da MP 579 e seus desdobramentos (inúmeros decretos e outras MPs), tem tentado, felizmente, diminuir o descasamento entre custos e receitas na forma de financiamentos. Mas o drama de curto prazo permanece, colocando pressão tanto em cima dos consumidores quanto contribuintes, uma vez que o Tesouro Nacional tem sido convocado a dar sua contribuição. Basta ver as dificuldades nas próximas semanas na liquidação de curto prazo.

Do lado físico, apesar de poucas boas novas - como a inserção regulada da geração solar fotovoltaica, dando o primeiro passo para o desenvolvimento desta fonte em bases competitivas -, tivemos inúmeros sinais preocupantes nos últimos leilões. Nos leilões de Transmissão (18 de novembro) e Geração (A-5), e a partir de RAPs e Preços-Tetos artificialmente baixos, observamos um inexplicável domínio estatal com condições de preço que levantam sérias dúvidas em relação ao processo de tomada de decisão que levou a ofertas que provavelmente destruirão valor para os acionistas. Além disso, a aparente ousadia de alguns novos players faz crescer a insegurança em relação à efetiva capacidade de entrega de grandes projetos nos

prazos. Afinal, o Brasil não merece ter que conviver com um novo "Caso Bertin - o Retorno".

Na distribuição, o quarto ciclo vem se consolidando com alguns avanços, mas ainda com a necessidade de maior alinhamento entre realidade e modelos aos olhos do regulador. Como exemplo de alinhamento necessário, quando se impõe um WACC regulatório abaixo do custo real de captação de capital no mercado, está-se, na prática, condenando as distribuidoras e transmissoras a uma condição estruturalmente insustentável em termos de financiamento dos recursos para seus investimentos.

A visão para 2015 aponta para a abertura de um diálogo urgente para equacionar as grandes questões e para restaurar a confiança e credibilidade que foram e estão fortemente abaladas. Em primeiro lugar, é preciso "retirar o paciente da UTI", olhando com pragmatismo para o quadro desastroso atual e gerando condições para permitir que o realismo tarifário e soluções de financiamento suavizem os impactos para as empresas e para os consumidores. Cabe ao governo federal ser pró-ativo neste desafio e coordenar os esforços. Uma vez fora da UTI, é preciso abandonar o improvisado e a orientação político-eleitoral que tem contaminado o setor e passar a privilegiar a abordagem técnica, permitindo, por exemplo:

a) preços-tetos e RAPs realistas nos leilões, voltando a atrair a iniciativa privada e acabando com a pressão para que estatais assumam Taxas Patrióticas de Retorno por pressão de governos, seus controladores; b) uma abordagem regulatória no Quarto Ciclo de Revisão Tarifária que equilibre modicidade tarifária e condições para investimentos prudentes; c) critérios de escrutínio no comportamento das estatais, que tem gerado distorções competitivas e o afastamento dos princípios de Governança Corporativa; d) a revisita da atual carga tributária, com foco no PIS/Cofins (federal) e ICMS (estadual) para que, de forma planejada, consigamos diminuir a tarifa final para os consumidores sem abalar a cadeia produtiva; e) um exame cuidadoso da CDE, que tem assumido papéis e dimensões cujas fontes de recursos não estão claras; f) uma visão equilibrada na fronteira socioambiental, eliminando ações ideológicas e análises contaminadas por realidades internacionais que não se aplicam ao nosso país; g) a rápida definição dos critérios de renovação das inúmeras concessões de distribuição que vencem em 2015 para evitar um vácuo legal e regulatório que já está dificultando os investimentos.